



Brasília-DF, 13 de maio de 2026

## CNTI realiza Conferência Livre sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria realizou, nesta terça-feira (12), a 1ª Conferência Livre da ODS rumo a 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrando-se aos debates nacionais em torno da Agenda 2030 no Brasil. Com foco no Eixo III — Promoção da Inclusão Social e Combate às Desigualdades. A Conferência Nacional será realizada de 29 de junho e 02 de julho 2026 — O encontro reuniu dirigentes sindicais, representantes de entidades e lideranças de diversos estados, MA, PE, AL, RN, BA, SE, SC, PR, RS, SP, RJ, ES, PA, MT, MS, GO, PA, RO e DF, para debater propostas voltadas ao fortalecimento da democracia, da justiça social e da participação popular na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e socialmente equilibrado.



Sob a coordenação da companheira Sônia Zerino, Secretária para Assuntos do Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso da CNTI e presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, a conferência contou com a participação do presidente da CNTI, José Reginaldo, que deu as boas-vindas aos participantes e ressaltou a importância do enfrentamento às desigualdades e da defesa permanente dos direitos da classe trabalhadora. Também participaram o secretário-geral da CNTI,

Nelson Bonardi; a secretária-adjunta para Assuntos da Mulher da CNTI, Luci Parmejani; o conselheiro fiscal da entidade, José Francisco; os secretários regionais Eduardo Henrique, Ronei de Lima e Marivaldo Vieira; além de integrantes da diretoria da entidade e representantes sindicais de várias regiões do país. A palestra principal foi conduzida por Adriana Marcolino, diretora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, que apresentou uma análise aprofundada sobre os desafios relacionados ao Eixo III, abordando os impactos das desigualdades sociais, econômicas e territoriais sobre a classe trabalhadora brasileira.

O documento orientador apresentado pela CNTI destacou que o desenvolvimento sustentável não pode ser dissociado do combate às desigualdades econômicas, raciais, de gênero e territoriais ainda presentes no país. A conferência enfatizou que trabalhadores de baixa renda, mulheres, população negra, juventudes periféricas, povos indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos historicamente vulnerabilizados seguem entre os mais afetados pela precarização das relações de trabalho, pela concentração de renda e pelas dificuldades de acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia, transporte e participação política. O texto também alertou para os impactos da financeirização da economia, das disparidades salariais e da fragilização das políticas públicas sobre a qualidade de vida da população trabalhadora e o fortalecimento da democracia.



Adriana Marcolino - DIEESE  
1ª Conferência Livre rumo à Agenda 2030 da ONU

Entre as propostas defendidas pela CNTI estão a valorização permanente do salário mínimo, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, a ampliação do emprego formal e a implementação de uma reforma tributária progressiva. O documento também propõe o fortalecimento de políticas públicas voltadas à igualdade racial e de gênero, investimentos em educação pública de qualidade, ampliação da rede de creches, fortalecimento da proteção social e combate ao racismo estrutural. Segundo a entidade, o cumprimento efetivo da Agenda 2030 exige compromisso contínuo com a democracia, a distribuição de renda e a construção de uma

**Brasília-DF, 13 de maio de 2026**

sociedade mais justa, inclusiva e socialmente sustentável.

A etapa livre CNTI, elegeu sua representação para a 1ª Conferência Nacional da ODS, uma delegada e três suplentes de acordo com regimento da conferência. A companheira Luci Parmejani, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de São Paulo foi eleita delegada titular. Suplentes: Demize da Silva, do STI Vestuário de Nova Friburgo RJ, Ivana Aparecida da FETRAMESC e Artur Bueno, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação - CNTA.

[Clique aqui e leia o documento](#)

## Presidente da CNTI esteve reunido na Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS)



Nesta terça-feira, 12 de maio, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Reginaldo Inácio, esteve reunido com o secretário-executivo da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), Lavito Bacarissa, na sede da Comissão, em Brasília.

Dentre os temas tratados: o compromisso da CNTI de apoio à Conferência Nacional ODS, na qual o Presidente da CNTI será um dos representantes do Conselho (Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável) da Presidência da República,

destacando que no exato momento em que se reunia com o secretário, ocorria a 1ª Conferência Livre CNTI com foco no Eixo III — Promoção da Inclusão Social e Combate às Desigualdades; da oferta da CNTI de utilização de seu Centro de Treinamento Educacional (CTE) em Luziânia-GO, como laboratório vivo das práticas e soluções de alcance às metas dos ODS; e, também, dos resultados alcançados pela CNTI com a realização da sua etapa de Conferência Livre, de engajamento e mobilização das categorias sindicais por ela representadas.

# INPC

Índice Nacional de  
Preços ao Consumidor

ABRIL / 2026

0,81%

INPC ACUMULADO  
12 MESES  
DATA-BASE EM  
MAIO 4,11%



## INPC ficou em 0,81% em abril

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC teve alta de 0,81% em abril, 0,10 p.p. abaixo do resultado observado em março (0,91%). No ano, o INPC acumula alta de 2,70% e, na ótica dos últimos 12 meses, o índice ficou em 4,11%, acima dos 3,77% dos 12 meses imediatamente anteriores. Em abril de 2025, a taxa foi de 0,48%.

Os produtos alimentícios desaceleraram de março (1,65%) para abril (1,37%). A variação dos não alimentícios passou de 0,67% em março para 0,63% em abril.

Quanto aos índices regionais, a maior variação ocorreu em São Luis (1,16%), influenciada pela alta do gás de botijão (7,03%) e dos artigos de higiene pessoal (2,23%). A menor variação ocorreu em Brasília (0,09%), por conta do recuo da passagem aérea (-10,88%) e do ônibus urbano (-6,58%).

Fonte: IBGE

Brasília-DF, 13 de maio de 2026

## Audiência sobre redução da jornada terá Hugo Motta e Marinho

Audiência pública em São Paulo debate redução da jornada e fim da escala 6x1 com presença de Luiz Marinho, Hugo Motta e lideranças sindicais



Audiência sobre redução da jornada terá Hugo Motta e Marinho

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) sobre redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 realiza audiência pública nesta quarta-feira, 14 de maio, no Auditório do Palácio do Trabalhador, em São Paulo.

O encontro contará com a presença confirmada do ministro Luiz Marinho (Trabalho e Emprego), além do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta.

A mesa será conduzida pelo deputado federal Alencar Santana (PT-SP), presidente da comissão especial responsável pela análise das propostas.

A audiência integra o calendário nacional de debates promovido pela comissão e pelas centrais sindicais para ampliar o diálogo sobre mudanças nas relações de trabalho, qualidade de vida e valorização dos trabalhadores brasileiros.

### SERVIÇO

#### Audiência Pública sobre redução da jornada e fim da escala 6x1

- Data: 14 de maio de 2026 (quarta-feira)
- Horário: 9h30
- Local: Auditório do Palácio do Trabalhador
- Endereço: Rua Galvão Bueno, 782 – Liberdade – São Paulo (SP)

#### Presenças confirmadas:

- Luiz Marinho – ministro do Trabalho e Emprego
- Hugo Motta – presidente da Câmara dos Deputados
- Deputado federal Alencar Santana (PT-SP) – presidente da comissão especial

Fonte: Rádio Peão Brasil

## Cesta básica fica mais cara em todas as capitais no mês de abril

Taxas oscilaram entre 1,56%, em São Luís, e 14,80%, em Aracaju.



© Valter Campanato/Agência Brasil

Pelo segundo mês consecutivo, o custo da cesta básica subiu em todas as capitais brasileiras e também no Distrito Federal no mês de abril. As maiores elevações foram identificadas em Porto Velho, onde a variação média foi de 5,60%, seguida por Fortaleza (5,46%), Cuiabá (4,97%), Boa Vista (4,36%), Rio Branco (4,05%) e Teresina (4,02%).

Os dados são da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, levantamento divulgado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) junto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Em março deste ano, a pesquisa já havia apontado elevação em todas as capitais brasileiras.

No acumulado do ano, todas as capitais registraram alta no preço médio da cesta básica, com taxas que oscilaram entre 1,56%, em São Luís, e 14,80%, em Aracaju.

Um dos principais responsáveis pelo aumento no custo da cesta foi o leite integral, que aumentou em todas as capitais analisadas. A maior alta foi registrada em Teresina, onde a variação média chegou a 15,70%. Segundo a pesquisa, isso ocorreu pela redução da oferta no campo devido à entressafra, o que elevou o preço dos derivados lácteos.

O preço do feijão, por sua vez, teve alta em 26 capitais brasileiras, com exceção de Vitória, onde não variou. Outro produto que pesou no valor da cesta foi o tomate, que apresentou alta em 25 cidades, com quedas no Rio de Janeiro e Belo Horizonte e alta expressiva de 25% em Fortaleza.

Já o pão francês, o café em pó e a carne bovina de

Brasília-DF, 13 de maio de 2026

primeira tiveram alta em 22 das 27 cidades analisadas.

### São Paulo tem a cesta mais cara

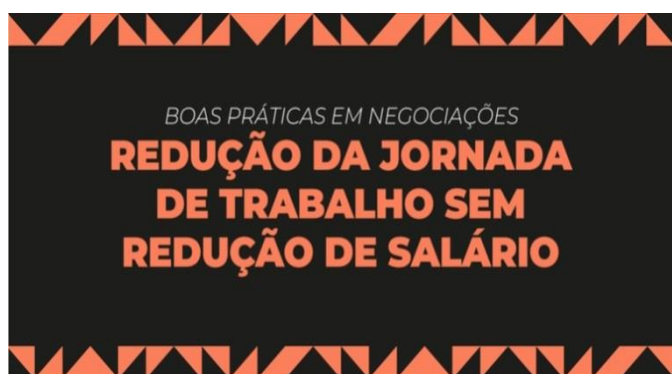
Mais uma vez, a cesta básica mais cara do país foi a de São Paulo, onde o custo médio em abril foi R\$ 906,14. Em seguida estavam as cestas de Cuiabá (R\$ 880,06), Rio de Janeiro (R\$ 879,03) e Florianópolis (R\$ 847,26). Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 619,32), São Luís (R\$ 639,24), Maceió (R\$ 652,94) e Porto Velho (R\$ 658,35).

Com base na cesta mais cara do país, que em abril foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário-mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o salário mínimo em dezembro deveria ser de R\$ 7.612,49 ou 4,70 vezes o mínimo de R\$ 1.621 vigente.

Fonte: Agência Brasil

## Boletim destaca boas práticas em negociações coletivas sobre redução da jornada sem corte de salário

*Publicação reúne exemplos de cláusulas negociadas que estabeleceram jornadas de 40 horas semanais sem redução de salários e preservação de direitos trabalhistas.*



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publica nesta segunda-feira o boletim nº 18 da série Boas Práticas em Negociações Coletivas, com foco em cláusulas que promovem a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. A publicação reúne exemplos de acordos e convenções coletivas registrados no Sistema Mediador do MTE que demonstram como o diálogo social pode contribuir para relações de trabalho mais equilibradas e para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

O boletim evidencia a baixa incidência dessas experiências negociadas nas regiões do país. Foram identificados no Sistema Mediador cláusulas que estabeleceram jornadas semanais de 40 horas, sem diminuição de salários ou prejuízo de direitos. As cláusulas foram pactuadas em categorias como processamento de dados, cooperativas de crédito, difusão cultural, indústria metalúrgica, entidades sindicais e conselhos regionais, entre outras.

A redução da jornada de trabalho é um tema historicamente debatido no mundo do trabalho e tem sido apontada como uma medida capaz de contribuir para a melhoria das condições laborais, para o equilíbrio entre vida profissional e pessoal e para a promoção da saúde física e mental dos trabalhadores. Hoje, em 2026, a redução de jornada é pauta central para a população Brasileira e reformas estruturais na Constituição. O assunto está em discussão, no Congresso Nacional, para que a jornada de trabalho semanal de 40 horas seja realidade no Brasil.

Entre os exemplos apresentados no boletim estão cláusulas que fixam jornadas de 40 horas semanais de segunda a sexta-feira, preservando salários e demais direitos dos empregados. Há ainda negociações que mantiveram jornadas reduzidas já existentes e outras que adequaram turnos de trabalho sem prejuízo das condições anteriormente conquistadas pelos trabalhadores.

De acordo com a coordenadora de Relações do Trabalho da Secretaria de Relações do Trabalho, do MTE, Rafaelle Rodrigues, a negociação coletiva tem papel estratégico na construção de soluções que conciliem desenvolvimento econômico e valorização do trabalho. "As experiências reunidas neste boletim demonstram como o diálogo entre trabalhadores e empregadores pode contribuir para avanços importantes nas condições de trabalho, promovendo mais qualidade de vida, saúde e equilíbrio nas relações laborais", destaca.

A série Boas Práticas em Negociações Coletivas é resultado da parceria entre o MTE e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e busca identificar e divulgar cláusulas inovadoras negociadas em diferentes setores econômicos do país, valorizando o diálogo social como instrumento de promoção do trabalho decente e da justiça social.

[Acesse aqui o Boletim](#)

Fonte: MTE